

As Camponesas são Mulheres



Compreendendo a violência contra as mulheres rurais na
África Austral e Oriental

Apesar das diferenças que temos em termos culturais, geográficos e ambientais, nos diferentes territórios da África Austral e Oriental, nós, mulheres camponesas, enfrentamos desafios similares cujo combate exige a nossa união e solidariedade. Eles incluem reivindicar o nosso direito a adquirir, deter e utilizar a terra; o acesso à água e serviços sociais, como a educação e saúde; travar a comodificação do corpo feminino; acabar com crescente violência contra as mulheres e crianças; pôr fim à opressão das necessidades e direitos da(o)s camponesas. Este desafios são agravados pelas várias formas de violência estrutural sofridas pelas mulheres camponesas.

Investigadora Chefe: Jacqueline Halima Mgumia

Editores: LVC SEAf, Dr. Azaveli Lwaitama

Designer Gráfico: PenPlus Ltd

Conteúdos

	pg
Introdução	2
Principais constatações	5
Camadas de Violência Experimentadas	5
A condição de ser mulher	5
A posição das mulheres camponesas na sociedade	6
A interseccionalidade de ser mulher e camponesa	7
Formas de violência contra as mulheres camponesas	8
Privação da terra	8
Falta de permissão para colheita	9
Proibição da venda de produtos agrícolas	9
Culturas com base no género	9
Invisibilidade dos cuidados domésticos e das tarefas de (re)produção	9
Conclusão	11
O caminho a seguir	11
Apelo à acção	12
Sobre este estudo	13

Introdução

Estarão as mulheres camponesas a sofrer uma forma de violência específica simplesmente por serem camponesas?

Na África Subsaariana, mais de 60 % das mulheres em idade activa são camponesas agricultoras de pequena escala e produtoras de quase três quartos dos bens alimentares que alimentam as suas famílias e nações. A sua subsistência é indissociável da terra rural e de territórios que são limitados por diversos desafios, como infra-estruturas deficientes, falta de acesso a serviços sociais e mercados injustos. Esses problemas afectam não só as hipóteses das mulheres de ter um trabalho decente ou uma vida digna, mas também os camponeses enquanto grupo social e as áreas rurais enquanto espaço, reflectindo-se negativamente nos processos de produção, nas relações de grupo e no desenvolvimento de todos os aspectos anteriores. Várias formas de luta e activismo surgiram para enfrentar estas realidades e combater as injustiças de que os camponeses são vítimas.

A construção e o fortalecimento colectivo de movimentos de camponeses sólidos assenta num crescente reconhecimento da importância de abordar as desigualdades de género latentes nas relações de produção e reprodução. No contexto actual, o capitalismo e o patriarcado reprimem os direitos das mulheres camponesas, tornando-as vulneráveis a diversas formas de formas opressão e exploração, tanto entre os camponeses enquanto grupos como entre as mulheres enquanto grupo social.

O estudo cujas conclusões se apresentam aqui foi particularmente importante, porque, sempre que falam nas mulheres rurais, os grupos feministas, a(o)s activistas pelos direitos das mulheres ou as agências de desenvolvimento centram-se na detenção de recursos, no acesso aos serviços sociais, na dinâmica de poder e nos constrangimentos financeiros. Apesar de serem todas fundamentais, estas questões tendem a sobrepor-se à violência contra as mulheres (VCM) em contextos rurais, nos processos de produção e reprodução.

A investigação foi realizada a pedido das mulheres da La Via Campesina na região da África Austral e Oriental, que consideram essencial registar as suas lutas por escrito. Este importante enfoque específico nas mulheres camponesas vem preencher a lacuna deixada pela teorização dominante que tende a generalizar as experiências de opressão e subordinação feminina.

Uma mulher camponesa da Tanzânia afirma que:

[...] o que se pretende não é demonstrar o quanto se explora ou oprime as mulheres camponesas comparando com as outras mulheres. Afinal, antes de sermos camponesas, somos mulheres. O mais importante para nós talvez seja demonstrar que nós, camponesas, como grupo a produzir nas zonas rurais, somos oprimidos e que, nesse grupo, o patriarcado ainda oprime mais as mulheres. Importa destacar essa opressão redobrada que as mulheres rurais sofrem quer por questões de configuração geográfica, quer devido ao sistema cultural ou ao capitalismo.



O estudo visou identificar e caracterizar a violência contra as mulheres camponesas, falando das suas lutas através das suas próprias vozes. Para isso, foi preciso compreender a posição das mulheres camponesas no seio dos grupos sociais dos camponeses e das mulheres, onde as suas lutas tendem a ser moldadas e silenciadas.

Uma Mulher Camponesa de Moçambique argumenta:

"As nossas lutas contra o capitalismo ignoram muitas vezes a posição das mulheres no processo de produção. Não temos direito à posse de terra nem à colheita como os homens, apesar de sermos todos camponeses a combater a usurpação de terras. Os homens lutam para não perder o direito a deter terra, enquanto nós lutamos para não perder o acesso à terra cultivável. A a carga de trabalho não é partilhada equitativamente com os homens, apesar de sermos todos camponeses."

Uma Mulher Camponesa da África do Sul disse o seguinte:

"A nossa luta pelo desenvolvimento rural tende geralmente a ver as mulheres como um grupo homogéneo. Assim, as mudanças sociais exigidas e as abordagens de empoderamento das mulheres aplicadas centram-se, por norma, no direito das mulheres ao sufrágio (voto), à liderança, à educação e a ter acesso ao capital. É certo que todos esses direitos são importantes, mas as condições de vida e as narrativas das mulheres camponesas diferem das das mulheres que trabalham na política, no mundo empresarial ou em serviços administrativos. Sim, precisamos de serviços sociais e subsídios governamentais, mas, se não abordarmos as relações de género nas zonas rurais, as mulheres tendem a se beneficiar menos dos diferentes programas".

Por fim, o estudo tenciona enriquecer a definição de VCM, que ultrapassa a violência física, a agressão sexual, emocional e psicológica.

Uma Mulher Camponesa do Quênia explicou assim:

"A VCM é vulgarmente entendida como violência física. As pessoas podem não conseguir compreender que negar à mulher o direito de herdar terra ou de aceder ao rendimento são formas de violência. Desse modo, escrever sobre as lutas das mulheres camponesas na (re)produção talvez expanda a definição de violência contra as mulheres e revele as suas várias formas de manifestação".

A conceitualização do estudo teve por base a proposta do Feminismo Popular Camponês da La Via Campesina, que tem o objectivo de fortalecer uma voz colectiva de camponeses e camponesas unidos contra o patriarcado e o capitalismo, e para identificar e abordar a opressão e exclusão das mulheres dentro e fora do movimento camponês. O estudo também partiu da premissa de que, sendo as lutas das mulheres camponeses diferentes, seria necessário compreender o contexto local para construir um feminismo camponês transformativo na África Austral e Oriental.

Constatações principais

Durante o processo de coleta e análise de dados para o estudo, destacou-se que as campanhas de combate à VCM existentes, na sua maioria, tendem a ser genéricas e a incluir poucas mulheres camponesas ou suas representantes em contextos agrícolas com voz activa. Por mais que afirmassem partilhar muitas das formas de violência exercidas sobre as mulheres de outros grupos, uma análise mais aprofundada sublinhou aspectos da violência contra as mulheres camponesas, desenvolvendo um perfil de violência contra as mulheres camponesas em contextos rurais mais específico. As mulheres camponesas argumentam que uma exploração específica da violência contra das mulheres camponesas concretamente poderia ser útil para fazer uma associação entre os movimentos feministas e camponeses.

Aspectos da violência exercida

1. A condição de ser mulher

O primeiro aspecto da violência que as mulheres camponesas sofrem deve-se à condição de serem mulheres. À semelhança de tantas mulheres por esse mundo fora, são oprimidas e excluídas pelo patriarcado. As mulheres camponesas membros da LVC África Austral e Oriental (SEAF) partilharam histórias comuns de subordinação e opressão associadas ao casamento, à herança, à religião e à cultura.

Mulheres não podem herdar terra - caso do Quênia

Tiraram a terra a uma mulher sem que ela o soubesse. Aparentemente, o marido vendeu-a sem a informar, deixando-a sem terra para cultivar e forçando-a a pedir um empréstimo para sustentar os filhos. Expulsa da sua terra após a morte do marido, sem ter onde ficar nem família que a sustentasse, a mulher saiu da sua aldeia em busca de outros meios de subsistência. Ainda hoje vive com dificuldades.

A mulher não pode questionar as acções do homem - caso do Quênia

Um dia, ao voltar para casa, uma mulher descobriu que o marido tinha vendido oito sacas de milho e deixado apenas três para a família. Quando quis saber porquê, ele espancou-a, e quando denunciou o incidente aos anciãos da aldeia, eles aconselharam-nos a resolver o assunto pacificamente. Infelizmente, o marido espancou-a ainda mais por isso, deformando-lhe a perna a ponto

de a impossibilitar de trabalhar a terra. Em consequência, os filhos ficaram entregues a si próprios.

As mulheres não podem pedir o divórcio - caso da Tanzânia

Uma mulher queria deixar o marido que a maltratava física e emocionalmente, mas ele não lho permitia. Infelizmente, quando ela informou os pais da sua decisão de se divorciar dele, o pai disse-lhe que a mulher não tinha poder de decisão sobre o divórcio e que só o homem poderia concedê-lo se assim o quisesse. A certa altura, o pai chegou mesmo a ameaçar que a deserdaria se ela continuasse a insistir em pedir o divórcio ou em sequer falar no assunto.

As mulheres não podem decidir quantos filhos querem ter - caso de Moçambique

As mulheres parecem máquinas de produção de filhos. Alguns homens não permitem que as mulheres usem métodos de contraceção, portanto, aparentemente, a mulher não pode escolher nem planear o número de filhos que pretende ter. O homem é que decide quantos filhos são suficientes.

2. A condição de ser Camponesa

O segundo aspecto da violência exercida sobre as mulheres é devido a sua condição de camponesas, pela posição da sua classe nas relações de produção e reprodução, em que o sistema económico capitalista/neoliberal prevalecente explora o seu trabalho. Aqui, as participantes salientaram uma ausência generalizada de apoio governamental, e a presença de forças de mercado e agentes financeiros gananciosos que exploram e destroem o bem-estar das comunidades rurais no seu todo e das mulheres camponesas em particular.

Mulheres não podem beneficiar de igual modo da produção do seu trabalho - Caso do Uganda

Uma mulher da minha aldeia trabalhou incansavelmente na horta familiar para garantir que tinha comida para alimentar os seus filhos enquanto o homem estava ocupado com outros assuntos. Ela também fornecia trabalho extra para além do cultivo para fazer rendimentos adicionais para os seus filhos, com pouco apoio do marido. Contudo, quando chegou a época da colheita, o marido acompanhou a esposa até ao mercado. No mercado, o marido estava ocupado a vender os produtos e a levar o dinheiro enquanto a esposa fazia as medições. Após a venda, o marido disse à esposa para se apressar a preparar a comida para os filhos, pois estava a ficar tarde. Ele ficou para trás e voltou para casa bêbado e nunca foi responsabilizado pelo dinheiro dos ganhos da casa que levou.



O carácter interseccional de ser mulher e camponesa

A violência específica exercida sobre as mulheres camponesas resulta do carácter interseccional destes dois aspectos acima mencionados: ser mulher e ser camponesa. As mulheres camponesas estão expostas a tipos específicos de violência que se manifestam no seio das comunidades rurais e das organizações de camponeses, ou que advém de leis e normas estatais injustas ou das culturas e tradições locais em geral. As mulheres inquiridas referiram os seus direitos à terra cultivável (incluindo a herdá-la), a divisão do trabalho nos campos e nos lares, cultivos com base no género e sistemas distorcidos de trabalho e distribuição de rendimento.

A voz de uma mulher camponesa do Zimbabué:

“É verdade que, nós, camponesas e camponeses, somos exploradas e explorados independentemente do nosso género. Também é certo que o mercado não nos oferece os melhores preços pelas nossas colheitas. É igualmente verdade que, quando os lucros marginais das nossas colheitas passam pelas mãos dos homens, as mulheres dificilmente recebem a parte justa pelo seu trabalho. Além disso, nos movimentos de camponeses, as desigualdades que as mulheres sofrem tendem a ser ignoradas em nome da solidariedade contra a natureza exploradora dos mercados.”

O estudo demonstra como o patriarcado e o capitalismo se entrecruzam para reprimir ainda mais as mulheres camponesas no seio do grupo de camponeses, eles próprios já oprimidos e explorados colectivamente como classe. Quando se refere aos camponeses como grupo, as lutas das mulheres, as suas condições de trabalho e relações de poder são relegadas para segundo plano sob o rótulo da classe. Assim, é fundamental começar a identificar e documentar a violência única e específica que as mulheres camponesas sofrem nos processos de (re)produção, fora e dentro do movimento de camponeses. Por outras palavras, é importante compreender a VCM como experiência partilhada entre as mulheres, como experiência de género colectiva que afecta as mulheres, enquanto colectivo de género, sem deixar de prestar especial atenção à sua manifestação nos diferentes grupos.

Uma mulher camponesa da Tanzânia expressa que::

“Penso que a palavra «rural» nos confere uma identidade e uma posição negativas. Rebaixa-nos aos olhos dos nossos maridos e das outras mulheres, não por sermos menos humanas, mas porque, na maioria, somos pobres, menos instruídas, etc. Enquanto as outras mulheres são empoderadas, as mulheres camponesas nas zonas rurais ainda lutam pela sobrevivência, sob um fardo de trabalho a triplicar, e desprovidas de controlo sobre o seu corpo. É essa a realidade para muitas mulheres camponesas.”



Formas de violência contra mulheres camponesas

1. Deprivacao de terra

Em geral, nos contextos rurais, as mulheres não detêm terra; apenas beneficiam de direitos culturais que lhes conferem o acesso à terra. Têm direito a utilizar a terra dos maridos, pais e irmãos para a produção. Mas, devido à mercantilização, a terra detida por uma família pode ser facilmente vendida sem o consentimento da mulher, pondo em risco a sua capacidade de assegurar uma fonte de subsistência fiável e a soberania alimentar do seu lar.

Uma mulher camponesa da África do Sul indica que:

“Para mim, se retirarmos os rótulos aos países, veremos que todas as formas de lutas de que falam as mulheres do Zimbabué, de Moçambique, do Quénia e da Tanzânia se assemelham às lutas que enfrentam as mulheres camponesas no Uganda ou na África do Sul. Apesar do seu trabalho árduo nas machambas, as mulheres têm pouco poder na venda das colheitas que produzem ou dos animais que criam. É, efectivamente, uma dura realidade, mas, até à data, o acesso à terra para muitas mulheres ainda depende dos maridos ou dos pais, e isso nada tem que ver com o capitalismo.”



2. Sem autorização para colher

Geralmente, os homens e as mulheres trabalham lado a lado na preparação e no cultivo das terras de uma machamba. No entanto, por norma, as mulheres têm de pedir autorização para colher até uma pequena porção dessa produção para uso doméstico, pois não têm direito a fazê-lo livremente.

Uma mulher camponesa do Uganda disse que:

“Se olharmos para a cadeia de produção agrícola, é impossível ignorar o trabalho das mulheres. Aliás, elas são a força motriz da agricultura. Nós e os homens cultivamos juntos. Em harmonia. Nós e os homens mondamos juntos. Em harmonia. Nós e os homens colhemos juntos. Felizes. Mas, depois, o rendimento das colheitas pertence aos homens. Ironicamente, a mulher precisa de autorização para colher o produto do seu próprio trabalho. No lar, não existe uma fórmula nem uma garantia de distribuição equitativa do rendimento; o rendimento fica à mercê do homem, invariavelmente o chefe de família, que o pode utilizar como quiser. Algumas mulheres têm sorte, mas a maioria vive com este desafio.”

3. Proibidas de vender o que produzem na machamba.

Usualmente, o poder de vender o que se produz na machamba pertence aos homens e, em algumas famílias, o marido gasta todo o rendimento da venda desses produtos.

Uma mulher camponesa do Quênia disse::

“Uma queniana foi espancada de tal forma que teve de ser hospitalizada, simplesmente por ter colhido uma saca de milho para dar a um dos filhos. Quando soube do incidente, o marido ficou transtornado e espancou-a, dizendo que só o homem podia decidir quando colher os produtos e a quem os oferecer ou a quem dar uma parte do fruto do trabalho familiar.”

4. Cultivos com base no género

Em algumas culturas, para garantir a sobrevivência da família, as mulheres podem ter o que se considera ser os seus cultivos e os seus animais fora da tutela dos homens. Esses cultivos e animais, porém, não podem ser os principais cultivos ou animais da época nas respectivas zonas,

já que estes são reservados aos homens por serem produção para comercialização.

5. Invisibilidade dos cuidados domésticos e das tarefas de reprodução.

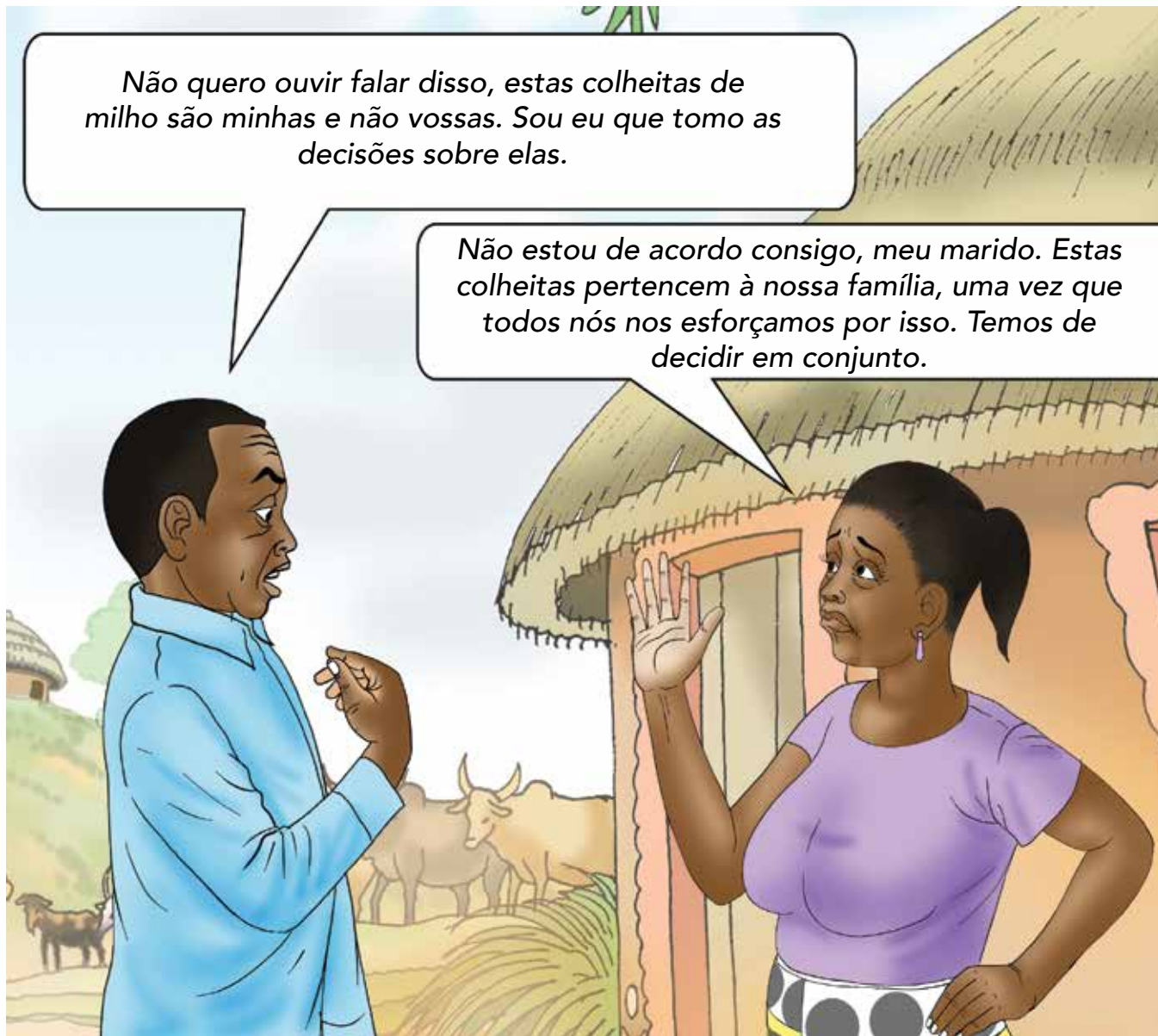
Pouco se discute como reduzir o trabalho não remunerado das mulheres camponesas, nomeadamente, a prestação de cuidados e as relações de produção e reprodução.

Uma carga de trabalho a triplicar:

“Com cada vez menos segurança no acesso à terra, o constante aumento do custo de vida e os preços reduzidos do mercado, a carga de trabalho das mulheres está a triplicar. No Zimbabué, onde me candidatei a um cargo político, vi muitas mulheres a trabalhar de manhã até ao meio-dia nas suas machambas. Depois, iam trabalhar nas machambas de outras pessoas e ganhar mais dinheiro para sustentar a família. Em seguida, regressavam a casa para cumprir o seu terceiro turno de trabalho doméstico não remunerado.”

Não quero ouvir falar disso, estas colheitas de milho são minhas e não vossas. Sou eu que tomo as decisões sobre elas.

Não estou de acordo consigo, meu marido. Estas colheitas pertencem à nossa família, uma vez que todos nós nos esforçamos por isso. Temos de decidir em conjunto.



Conclusão

Neste estudo, as experiências das mulheres camponesas na região da África Austral e Oriental, são descritas e documentadas a dois níveis: primeiro, como mulheres produtoras de pequena escala submetidas ao patriarcado; e, segundo, como mulheres que pertencem à chamada classe social das camponesas.

As conclusões do estudo indicam que, como grupo social distinto, os camponeses sofrem um tipo de violência que lhes é muito específico. Contudo, o estudo confirma a necessidade de reconhecer que o grupo dos camponeses não é homogêneo. De facto, os camponeses são vítimas de formas diferenciadas de opressão e exploração, dependendo de vários factores. Neste contexto, as mulheres camponesas deveriam ser reconhecidas como um subgrupo, tendo em conta que aqui o patriarcado e o capitalismo se fundem na repressão dos seus direitos e na exploração dos seus corpos.

Com base no que o estudo apurou, este relatório apresenta o argumento de que encarar as mulheres na agricultura como produtoras de pequena escala pouco nos dá a conhecer sobre o seu estatuto. O conceito de «feminismo camponês» ajudou-

nos a desenvolver o debate e, neste âmbito, as mulheres camponesas são analisadas quer como classe quer como género. Como explica o estudo, além da violência generalizada exercida pelo patriarcado e de classe, as mulheres camponesas sofrem outras formas de violências específicas do seu papel na produção. Desde antes da imposição do colonialismo que os dois sistemas funcionam em conjunto na opressão e exploração das mulheres em todas as áreas.

Assim sendo, para defender os direitos das mulheres camponesas e compreender as suas violações, é preciso considerar tanto os sistemas e estruturas sociais como os processos de produção que moldam as suas experiências e posição na sociedade. Só é possível abordar a violência contra as mulheres camponesas, engajando e aprimorando as leis costumeiras, os quadros legais e reorganizando os processos de produção que tendem a relegar as mulheres a posições subordinadas. Para advogar mudanças, é vital compreender as várias formas de violências que as mulheres sofrem pela investigação com recurso a testemunhos de mulheres camponesas para, assim, se ter um panorama completo das suas lutas e enriquecer a nossa definição de VCM.

Passos adiante

- Construção de um forte movimento de feminismo camponês e popular dentro do movimento da Via Campesina na África Austral e Oriental e com aliados em todo o continente. O movimento deveria combater simultaneamente o capitalismo e o patriarcado (bem como o imperialismo).
- Criação de espaços para os camponeses e outros grupos sociais aprenderem sobre a ligação entre capitalismo, patriarcado e imperialismo.
- As questões do imperialismo, incluindo a opressão e a exploração desde a sua emergência em África, deveriam ser integradas no conceito de feminismo camponês.
- Levar as discussões sobre Feminismo Popular e Camponês às mulheres a nível das bases, envolvendo a comunidade e as organizações camponesas desde o nível local ao nacional.
- Utilizar estruturas locais tais como escolas, igrejas e governo local para educar sobre o feminismo camponês e a violência baseada no género, bem como a sua relação com o patriarcado e o capitalismo.
- Defendendo a integração do feminismo camponês no currículo escolar desde os níveis mais baixos de educação para influenciar a mudança nas gerações futuras.
- Apoio às mulheres, a nível local, central e organizacional, para assumirem posições de liderança de onde possam lutar pelos direitos das mulheres camponesas.

Chamado à acção

A LVC SEAf chama a organizações, governos e aliados para:

- Construir unidade e solidariedade entre as lutas de mulheres camponesas a nível regional, continental e global, unindo nossos esforços para acabar com a violência contra a mulher e alcançar a libertação real das mulheres camponesas.
- Continuar as nossas discussões para determinar quem são os nossos aliados na luta contra sistemas opressivos e na construção do Feminismo Camponês e Popular.
- Quebrar o silêncio e construir estratégias fortes para dismantelar os sistemas opressivos através de vários meios de comunicação e acção directa em massa.
- Intensificar a defesa do acesso e controlo das mulheres camponesas à terra e ao território, à água e às sementes contra o “desenvolvimento” extrativista, independentemente da nossa raça, classe social e sexualidade.
- Continuar a denunciar todas as guerras, conflitos e migrações forçadas em curso em todo o mundo, que levam ao aumento da brutalidade e do sofrimento das mulheres camponesas, bem como à militarização das nossas vidas que só beneficia as elites empresariais.

A Iniciativa de Feminismo Camponês da LVC SEAf

Ao longo dos últimos anos, LVC SEAf tem dedicado especial atenção a dar visibilidade à luta das mulheres camponesas. Tendo dado prioridade à campanha para Acabar com a Violência Contra as Mulheres, foi também crucial para o movimento compreender a situação das mulheres camponesas e desenvolver um meio que ajude a dar um caminho ao seu empoderamento, explorando a proposta do feminismo camponês popular como um quadro promissor para mudar a realidade da desigualdade em que vivem as mulheres camponesas.

Com este propósito, entre 2019 e 2022, a iniciativa uniu mais de 500 mulheres camponesas da Tanzânia, Quênia, Uganda, Moçambique, Zimbabué, R.D. Congo, África do Sul - assim como alguns aliados da Zâmbia, Eswatini e Ghana – a fim de contribuir para o estabelecimento dos alicerces de um feminismo camponês africano e para o fim da violência contra as mulheres camponesas africanas em particular.

Através de diferentes actividades, tais como formações nacionais e regionais sobre feminismo camponês, assim como mobilizações e discussões abertas sobre Violência Contra as Mulheres, as mulheres camponesas das organizações da Via Campesina na África Austral e Oriental puderam partilhar as suas experiências e histórias de vida, o que permitiu recolher dados para o estudo, cujos principais resultados são apresentados neste relatório.

Sobre a Pesquisa

Este estudo pretendia “dar um rosto” à violência baseada no género na região. Com o entendimento de que para construir direitos, neste caso o direito das mulheres camponesas a viver sem violência, precisamos de chamar a atenção para a violência sistemática e a discriminação que as mulheres sofrem, mostrando histórias de mulheres camponesas na região e os impactos nas suas vidas e comunidades.

Esta primeira parte do estudo, centrou-se em quatro países seleccionados: Tanzânia, Uganda, Zimbabué e Moçambique, embora algumas discussões abertas a nível regional tenham permitido alargar os casos da estudo e os resultados do estudo.

Mulheres camponesas vs camponesas mulheres

As duas terminologias têm sido utilizadas indiferentemente ao longo desta publicação. O uso de “camponesas mulheres” tem sido usado quando se refere a mulheres devido à sua condição de mulheres, enquanto que “mulheres camponesas” tem sido usado quando se refere a mulheres devido à sua condição de camponesas.

Algumas notas importantes sobre a metodologia e as limitações deste estudo

Restrições pandémicas

A restrição de movimentos no auge da pandemia da Covid-19 impediu a investigadora de se deslocar aos países em estudo (Tanzânia, Uganda, Zimbabué e Moçambique), para conduzir a investigação qualitativa

prevista. Assim, os dados foram recolhidos apenas de relatórios de acções de formação organizados pela LVC SEAf. A investigadora pôde participar em algumas actividades posteriormente implementadas, tais como uma formação regional na Tanzânia que reuniu representantes de mulheres de todos os membros da LVC SEAf e seus aliados, permitindo-lhe contrastar as principais descobertas e captar mais algumas vozes e casos de mulheres de outros países, alargando assim o quadro geográfico inicial da investigação.

O termo feminismo camponês e popular

Nas comunidades rurais, o próprio termo feminismo tendia a ser incómodo. O feminismo camponês e popular é um novo conceito que se está a utilizar como ferramenta de construção do movimento e para compreender a violência contra as mulheres camponesas. As acções de formação serviram para apresentar os conceitos do feminismo e patriarcado às mulheres camponesas nos seus países, e para discutir sobre a sua compreensão e identificação com estes conceitos.

Acções de formação vs. locais de investigação

Por fim, as acções de formação não eram concebidas como locais de investigação, mas como espaços abertos onde as mulheres poderiam aprender sobre a VCM e partilhar as suas experiências relacionadas com violência. Não obstante, a investigadora foi convidada a participar e aproveitou a oportunidade para recolher mais dados sobre a VCM.



África Austral e Oriental

EM PARCERIA COM:



COM O APOIO DE:

